



23 de maio de 2023

REMUNERAÇÃO BRUTA MENSAL MÉDIA POR TRABALHADOR  
(Dados da Autoridade Tributária – Estatísticas calculadas e analisadas pelo INE)

2021

DESTAQUE AD-HOC PELO 88º ANIVERSÁRIO DO INE



## A DISTRIBUIÇÃO DAS REMUNERAÇÕES BRUTAS POR TRABALHADOR NO SECTOR DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E NO SECTOR PRIVADO DA ECONOMIA

Com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitidas pelas empresas à Autoridade Tributária, remetida mensalmente ao INE por aquela entidade ao abrigo de um protocolo, o INE iniciou a divulgação de novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador. A informação respeita a cerca de 4,6 milhões de trabalhadores, considerando todos os tipos de rendimento do trabalho<sup>1</sup> e é integrada com outras bases de dados disponíveis no INE no âmbito do projeto mais amplo da Infraestrutura Nacional de Dados criada pelo INE, possibilitando a caracterização sociodemográfica dos trabalhadores e das empresas onde trabalham. Neste Destaque apresentam-se resultados complementares aos divulgados no dia 12 de abril<sup>2</sup>, sobre a distribuição das remunerações brutas por trabalhador no sector das Administrações Públicas e no sector privado da economia, para o ano de 2021.

### 1. Introdução

Neste Destaque apresentam-se resultados complementares aos divulgados no dia 12 de abril<sup>2</sup>, data em que o INE divulgou novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitida pelas empresas à Autoridade Tributária, sobre a distribuição das remunerações por sector institucional (sector das Administrações Públicas e sector privado) para o ano de 2021. Esta informação enquadra-se no espaço do Portal [StatsLab](#) – Estatísticas em desenvolvimento.

A análise por sector institucional teve por referência o universo de entidades que compõem o sector das Administrações Públicas (AP) (S13, cf. Contas Nacionais)<sup>3</sup>, sendo o sector privado definido por diferença. Foram excluídos os trabalhadores que ao longo de 2021 trabalharam em ambos os sectores, correspondendo a cerca de 80 mil trabalhadores (1,7% do total de 4,6 milhões de trabalhadores). Os trabalhadores do sector das AP e do sector

<sup>1</sup> Para os efeitos deste Destaque, os conceitos de remuneração e rendimento são considerados sinónimos. São considerados todos os tipos de rendimento (sujeitos a tributação; isentos de tributação, mas sujeitos a englobamento; não sujeitos a tributação) e de todos os regimes de proteção social (onde se incluem as diferentes Caixas de Previdência, a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações).

<sup>2</sup> Destaque StatsLab “[INE divulga novas estatísticas sobre remunerações por trabalhador tendo como referência informação da Autoridade Tributária - 2019 – 2021](#)”.

<sup>3</sup> O universo de entidades que compõem o sector institucional das Administrações Públicas é sujeito a atualizações semestrais.



privado analisados no presente Destaque correspondem a indivíduos que trabalharam, exclusivamente, num único sector institucional (740,9 mil trabalhadores no sector das AP e 3 799,6 mil trabalhadores no sector privado).

## 2. A distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador segundo o sector institucional

Apesar do exercício de comparação das remunerações médias dos trabalhadores entre determinados grupos populacionais ser limitado, dada a ausência de controlo para todas as dimensões de heterogeneidade existentes dentro de cada um desses grupos em confronto, o que só seria possível por recurso a equações de salários e modelos econométricos, não deixa de ser interessante assinalar diferenças segundo algumas dessas características dos trabalhadores para as quais o INE dispõe de informação no âmbito da Infraestrutura Nacional de Dados. A análise seguinte salienta, em particular, as diferenças salariais por nível de escolaridade completo, e nos quadros 1 e 2 em anexo podem ser consultados resultados por sexo, grupo etário e região NUTS II de residência.

Em 2021, a remuneração bruta mensal média por trabalhador<sup>4</sup> era mais elevada no sector das AP do que no sector privado (2 019€ vs. 1 335€; mais 51,2%). Este resultado reflete, como referido e entre outros fatores, diferenças no tipo de trabalho realizado e qualificações dos trabalhadores que os integram. Com efeito, verifica-se, por exemplo, que os trabalhadores do sector das AP têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados<sup>5</sup>: 55,2% dos trabalhadores neste sector tinham ensino superior (22,7% no sector privado), 26,6% tinham completado o ensino secundário ou pós-secundário (32,4% no sector privado) e 18,3% tinham um nível de escolaridade correspondente, no máximo, ao 3.º ciclo do ensino básico (44,9% no sector privado).

Na Figura 1 é apresentada a distribuição da remuneração bruta por trabalhador segundo o sector institucional. Em ambos os sectores as distribuições são assimétricas positivas (mediana inferior à média) e os dois sectores têm o mesmo o intervalo modal (850€ a 900€). Contudo, o sector das AP distingue-se do sector privado na dispersão salarial. No sector privado, os salários estão concentrados em torno da moda e da mediana, situando-se a mediana salarial, em 2021, nos 996€. No sector das AP, verifica-se igualmente alguma concentração de trabalhadores em torno da moda (entre os 850€ a 900€), mas a mediana correspondia a 1 778€, verificando-se, ainda, uma concentração de trabalhadores entre a mediana e os 2 450€. Neste sentido, também a amplitude interquartil (AIQ)<sup>6</sup> é mais baixa no sector privado (672€) do que no sector público (1 511€), variando entre 800€ (percentil 25; P25<sup>7</sup>) e 1 472€ (percentil 75; P75<sup>8</sup>) no sector privado, e entre 1 028€ e 2 539€ no sector das AP.

<sup>4</sup> Os valores das remunerações contabilizam todas as componentes recebidas em todos os empregos, e não apenas o salário base do emprego principal. Ou seja, no caso dos trabalhadores com mais do que um emprego é contabilizado o total de rendimento de todos os empregos. Para cada trabalhador foi somado o total de rendimentos (antes de impostos) recebidos no ano e dividido pelo total de meses trabalhados.

<sup>5</sup> Para o sector das AP, citam-se os dados divulgados pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), cuja cobertura é próxima do sector das AP aqui definido, referentes a 30 de junho de 2022 e que cobrem todo o país. Para o sector privado, as percentagens foram calculadas com base no Quadro 36 da divulgação “Quadros de Pessoal 2021 (Anexo A do Relatório Único)”, disponibilizado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Os dados desta divulgação respeitam a outubro de 2021 e a Portugal Continental.

<sup>6</sup> Medida de dispersão de 50% da distribuição em torno da mediana, isto é, a distância entre o primeiro quartil (equivalente ao percentil 25) e o terceiro quartil (percentil 75).

<sup>7</sup> 25% dos trabalhadores de menor rendimento, do sector privado, ganham até 800€, valor do percentil 25.

<sup>8</sup> 25% dos trabalhadores de maior rendimento, do sector privado, ganham pelo menos 1 472€, valor do percentil 75.



### 3. A distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador por nível de escolaridade completo

Por nível de escolaridade<sup>9</sup>, são observadas diferenças salariais entre os dois sectores institucionais. Em 2021, a remuneração bruta mensal média dos trabalhadores no sector das AP que completaram, no máximo, o 3º ciclo do ensino básico (Figura 2) foi 1 265€, mais 151€ (13,6%) do que no sector privado (1 114€), sendo este diferencial mais elevado no topo da distribuição (540€ no P90; 30,4%). Entre aqueles com ensino secundário ou pós-secundário (Figura 3), a remuneração bruta média por trabalhador no sector das AP foi superior em 166€ (12,3%) à do sector privado (1 514€ vs. 1 348€), sendo o diferencial maior no P80 da distribuição (506€; 30,3%).

Em termos médios, para os trabalhadores com ensino superior (Figura 4), em relação aos quais se registaram remunerações mais elevadas, observa-se uma maior diferença entre o sector das AP (2 957€) e o sector privado (2 263€) alcançando quase 700€ (30,7%). Contudo, se observadas as diferenças relativas entre as remunerações dos trabalhadores ao longo da distribuição dos rendimentos, verifica-se que para os trabalhadores com ensino superior, estas são estáveis em torno dos 70% na base da distribuição (P10 a P30) e diminuem desde então. No topo da distribuição (P95), o diferencial é apenas de 180€ (3,3%).

Este resultado pode estar associado, entre outros fatores, à diferente composição etária dos trabalhadores do sector as AP e do sector privado, com o primeiro grupo a apresentar uma idade média mais elevada dos trabalhadores, incluindo aqueles com ensino superior completo (Quadro 2). A este facto, associam-se maior acumulação de capital humano e de experiência profissional, com tradução nas remunerações auferidas pelos trabalhadores.

<sup>9</sup> A variável nível de escolaridade tem uma menor taxa de cobertura no sector das Administrações Públicas (60,1%) do que no sector privado (81,3%).



Figura 1. Distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador segundo o sector institucional

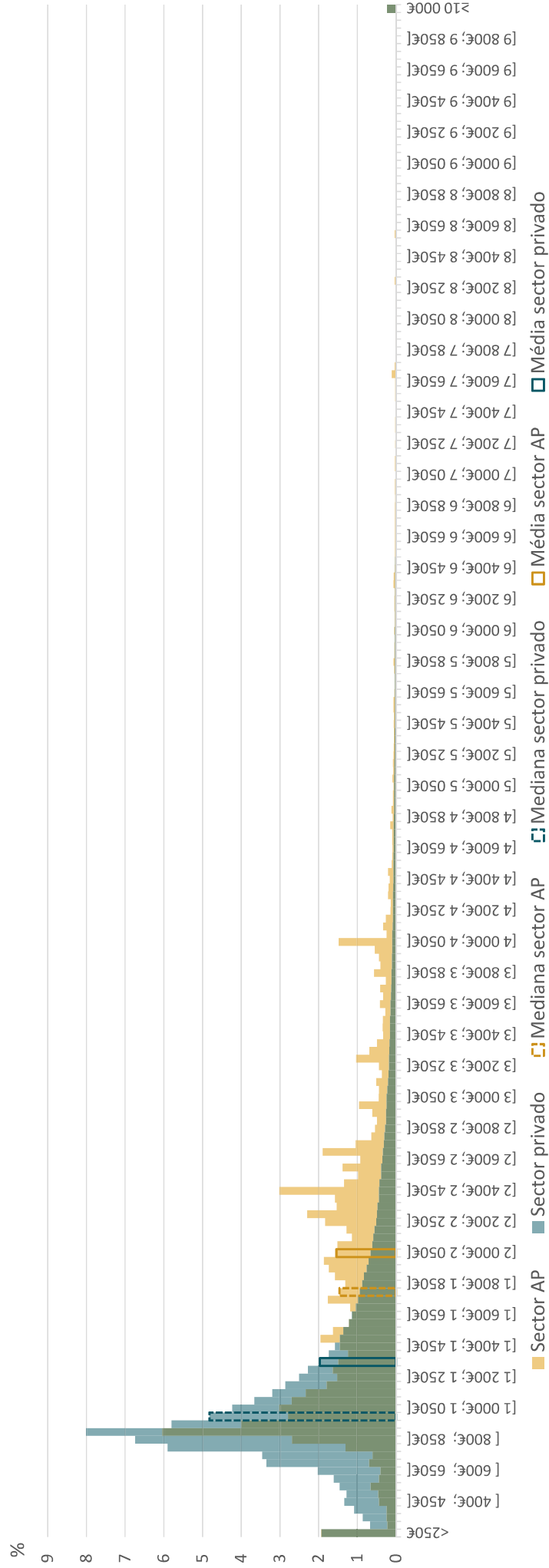




Figura 2. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino básico - até ao 3º ciclo segundo o sector institucional

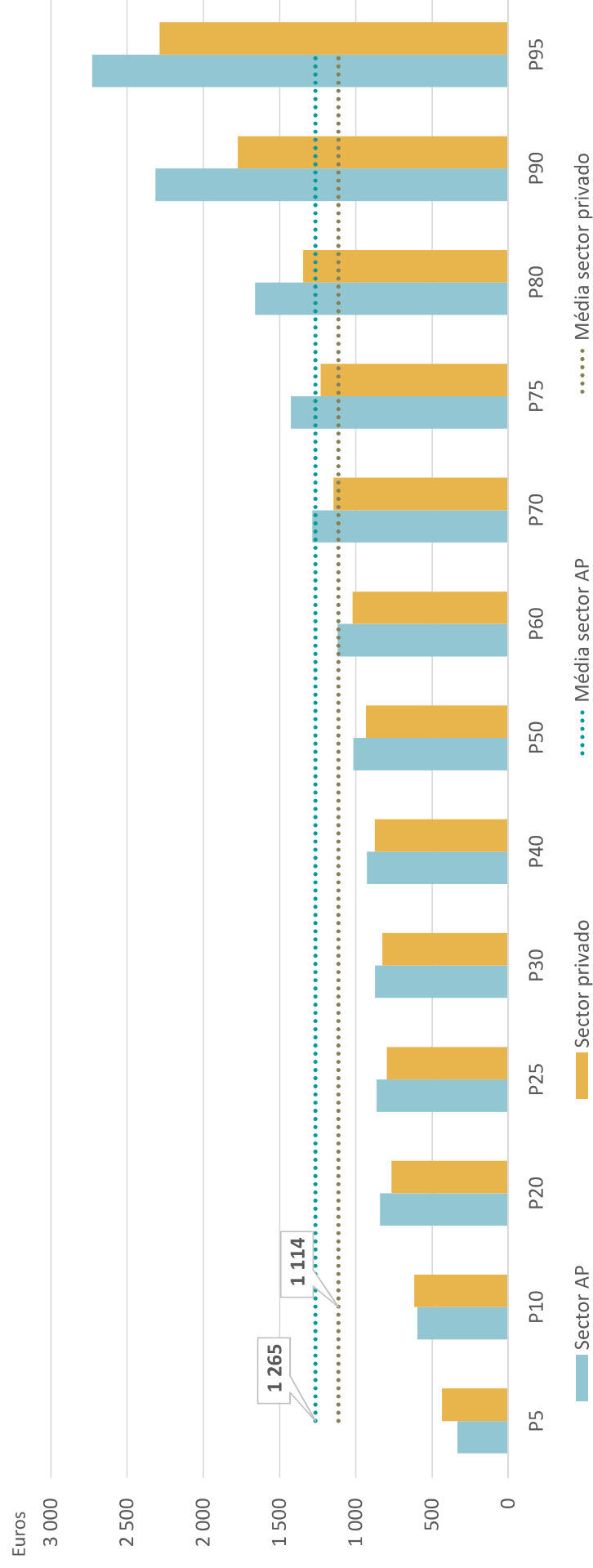




Figura 3. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino secundário ou pós-secundário segundo o sector institucional

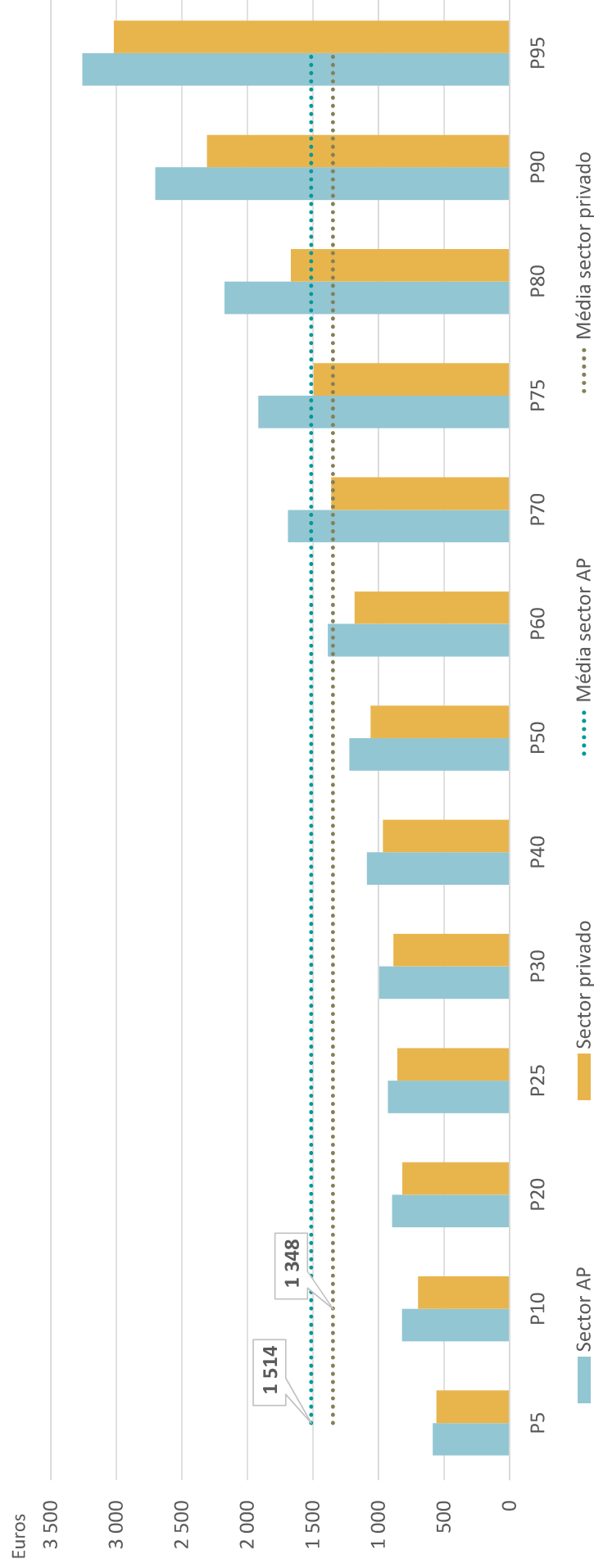
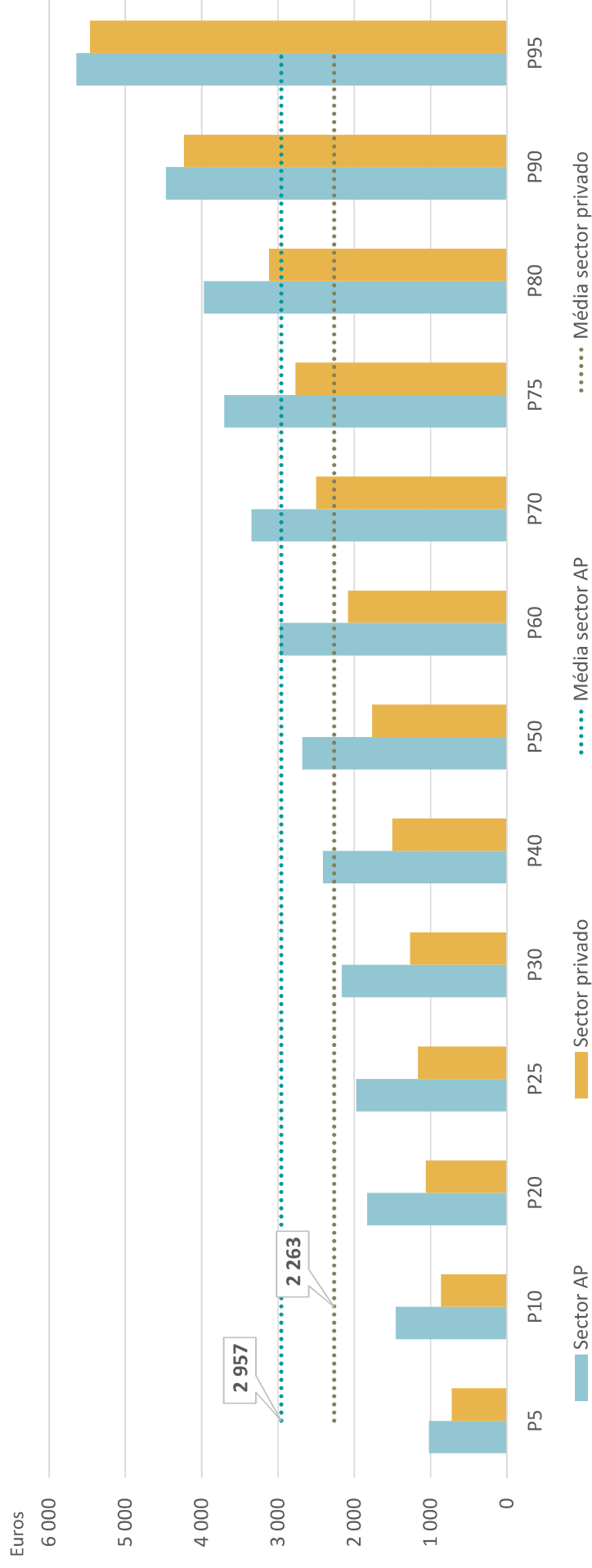




Figura 4. Momentos da distribuição da remuneração bruta mensal média por trabalhador com ensino superior segundo o sector institucional









Quadro 2. Idade média dos trabalhadores por nível de escolaridade completo e sector institucional

Ano	Sector institucional	
	Administrações Públicas	Privado
2021		
Total <sup>a</sup>	53	43
Até ao básico - 3.º ciclo	54	46
Secundário e pós-secundário	52	39
Superior	53	40

**Nota:**

a: cálculo condicionado aos indivíduos com informação relativa à idade disponível.



## NOTA METODOLÓGICA

As estatísticas sobre a “Remuneração bruta mensal média por trabalhador” divulgadas neste Destaque são elaboradas com base na informação da Declaração Mensal de Remunerações transmitida pelas empresas à Autoridade Tributária (DMR-AT), obtida para fins estatísticos, ao abrigo de um protocolo celebrado pelo INE – enquanto autoridade estatística nacional, órgão central de produção e difusão de estatísticas oficiais – e aquela entidade, e inserem-se no espaço do [Portal StatsLab](#), destinado a apresentar estatísticas em desenvolvimento.

A remuneração bruta mensal média por trabalhador corresponde ao valor médio da remuneração mensal ilíquida (isto é, antes de impostos) recebida por trabalhador e por ano, tendo sido consideradas todas as remunerações auferidas naquele ano em todos os empregos.

Os dados da Autoridade Tributária (AT) correspondem, essencialmente, a trabalhadores por conta de outrem. Refira-se que, na dimensão total, não foi colocada qualquer restrição à idade dos trabalhadores, mas que não é possível a análise individual do grupo etário daqueles com 75 e mais anos, devido à sua heterogeneidade e menor participação no mercado de trabalho.

A análise por sector institucional teve por referência o universo de entidades que compõem o sector institucional das Administrações Públicas para a definição do Sector das Administrações Públicas (AP), sendo o sector privado definido por diferença. Foram excluídas da análise os trabalhadores que ao longo de 2021 trabalharam em ambos os sectores institucionais, correspondendo a cerca de 80 mil trabalhadores (1,7% do total de 4,6 milhões de trabalhadores únicos). Assim, os trabalhadores do sector das AP e do sector privado correspondem aqui analisados correspondem a indivíduos que trabalharam, exclusivamente, num único sector institucional (740,9 mil trabalhadores das AP e 3 799,6 mil trabalhadores do sector privado).

Os dados recebidos da AT foram integrados com outras bases de dados disponíveis no INE no âmbito do projeto mais amplo de construção de uma Infraestrutura Nacional de Dados no INE, possibilitando assim a caracterização sociodemográfica do trabalhador. O número de trabalhadores considerado em cada dimensão consta do presente ficheiro, folha Quadro 1, e as correspondentes taxas de cobertura em relação ao total de trabalhadores na base de dados são as apresentadas no Quadro A abaixo.

**Quadro A. Taxas de cobertura das dimensões de caracterização dos indivíduos por sector institucional**

Portugal	Sector das Administrações Públicas	Sector privado
	%	
<b>Total</b>	<b>740,9</b>	<b>3 799,6</b>
Sexo	99,6	93,6
Grupos etários	99,6	93,6
Nível de escolaridade completo	60,1	81,3
NUTS-II	97,2	88,4

Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

# DIÁSTAKE

## ALGUNS CONCEITOS

**Remuneração bruta mensal média:** remuneração mensal auferida antes de impostos que corresponde ao somatório de todas as componentes remuneratórias auferidas pelo trabalhador, nomeadamente salário, subsídios de alimentação, diuturnidades ou prémios de antiguidade, prémios, bónus, entre outras.

**Percentis de rendimento:** pontos de corte regulares de uma distribuição acumulada, que dividem os dados ordenados em 100 subconjuntos de dados de igual dimensão.

**Trabalhador por conta de outrem:** indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
STATISTICS PORTUGAL

informação à comunicação social

# DISSTAQUE